

Globalização, Processo Produtivo e Território

Beatriz Maria Soares Pontes - UFRN

RESUMO

O presente trabalho discute, em primeira instância, o processo fordista e a transição rumo ao sistema de acumulação flexível, operando substanciais transformações no cenário contemporâneo, marcado pela dinâmica da globalização. Em seguida, aponta as mudanças territoriais decorrentes de tais transformações, evidenciando a situação da América Latina neste contexto, bem como as dificuldades dos Estados-nacionais latino-americanos em face do novo cenário que se delineaia.

Palavras-chave: Fordismo - Sistema de acumulação flexível - Globalização e território

ABSTRACT

This work discusses, at a first moment, the fordist process and the transition toward the flexible accumulation system, operating strong transformations on the contemporary scenery, marked by the globalization dynamics. Then, it points out the territorial changes produced by such transformations, highlighting the situation in Latin America inside this context, as well as the difficulties of the national Latin American states, facing the new scenery which arises.

Key words: Fordism - Flexible accumulation system - Globalization and territory

INTRODUÇÃO

A partir do início da década de setenta, tornou-se mais clara a emergência de um processo mundial de mudança estrutural em vários aspectos da realidade. A expansão do capital em escala mundial, a transnacionalização das relações entre centro e periferia e o surgimento de um novo esquema de divisão territorial do trabalho em escala global, constituem os traços mais marcantes do referido processo na sua dimensão geográfica.

A crise/reestruturação do sistema tecnológico-produtivo, o surgimento e generalização de novas práticas e estratégias comerciais, organizacionais e locais revolucionaram, em poucos anos, a relação entre as empresas e o espaço. Poder-se-ia dizer que as mesmas redefiniram seu território, que surgiu uma nova territorialidade dos negócios, uma nova lógica microeconômica da territorialidade empresarial, que não envolve somente as grandes corporações, mas também a média e a pequena empresa.

Do pós-guerra aos finais dos anos sessenta ficou claro que o capitalismo se organizava em torno de economias nacionais relativamente fechadas, ainda que com um crescente e penetrante rol de empresas transnacionais, na reprodução, ampliação e gestão desse modo de produção, à escala global.

A partir de então, e economicamente com o forte crescimento do comércio internacional, o Estado nacional como unidade de controle e gestão do capitalismo e o fortalecimento de unidades territoriais sub-nacionais, por um lado, e intentos de

associação comercial multietatal, de outro. Portanto, até o final do milênio parece consolidar-se a idéia de que o capitalismo global das primeiras décadas do século XXI, estará estruturado a partir de blocos econômicos supraestatais que mediarão entre a globalização e a regionalização das relações econômicas. A evolução do conceito de Estado e a concretização de profundas reformas quanto à sua natureza e seus papéis, em boa parte dos países do mundo, durante os últimos anos, constitui o aspecto político das mudanças econômicas e sociais, de novas relações entre capital e trabalho, entre os distintos setores sociais que requerem uma nova base legal, e de novas formas de regulação e legitimação.

De todo esse processo emerge um novo mapa mundial de relações políticas, produtivas, comerciais, organizacionais e culturais, complexo e enriquecido, recentemente, pela implosão da ex-URSS e do ex-bloco dos países socialistas do leste europeu.

Este estudo se propõe a enfatizar os aspectos tecnológico-produtivos que, em grande medida, explicam ou permitem o estabelecimento de novas relações entre produção e território, disparando o processo de formação de um capitalismo supraestatal ou de blocos e uma de suas formas institucionais de resolução: a integração econômica.

1 - DO PARADIGMA TECNOLÓGICO-PRODUTIVO FORDISTA AO SISTEMA DE PRODUÇÃO FLEXÍVEL

A utilização de energia barata, a organização taylorista do processo de trabalho e consumo maciço constituíam a base funcional do modelo produtivo fordista que, em seus aspectos supraestatais, se apoiava numa configuração keynesiana de Estado. O denominado "Welfare State", atuava como organizador e construtor do paradigma produtivo fordista, acumulando numerosas funções produtivas diretas, generalização de infra-estrutura, manipulando também os recursos normativos e de política econômica que permitiram o funciona-

mento de mecanismos distributivos, compatíveis com o modelo econômico fordista.

Sob o mesmo, a produção se orientava para mercados maciços, com escassa diferenciação de modelos e produtos estandarizados, de ciclo de vida prolongado.

Deste modo, a oferta definia a demanda e as variações positivas desta, dependiam da ampliação da base de consumidores. O núcleo dinâmico deste regime de acumulação estava centrado no complexo metal/mecânico.

Os mecanismos estruturais do modelo fordista - grandes estabelecimentos para aproveitar economias de escala, contiguidade espacial dos processos produtivos, economias de aglomeração, etc. - estão na base explicativa das formas espaciais que produziu.

Com efeito, a consequência direta da concentração técnica da produção se refletiu também como concentração espacial. Assim, pode-se dizer que o regime de acumulação fordista foi protagonista decisivo nos processos de metropolização.

Sem dúvida, em sua fase final produziu-se uma certa dispersão concentrada até a periferia, como uma alternativa para recompor - ao menos circunstancialmente - a taxa de lucro, aproveitando a formação de mercados cativos e as substanciais diferenças salariais nas regiões deprimidas dos países capitalistas centrais e nos países em desenvolvimento, nos quais o capital se punha a salvo das organizações sindicais maduras e poderosas dos centros industriais tradicionais.

O encarecimento de alguns fatores de produção-chaves (petróleo, mão-de-obra) e a incapacidade do setor tecnológico fordista para responder a estas mudanças, redundou numa crise profunda e prolongada da taxa de lucro no setor industrial e estabeleceu limitações ao modelo fordista para seguir reproduzindo-se, enquanto os circuitos financeiros internacionais viviam uma verdadeira hiperexpansão e foram o setor de refúgio para o capital de origem industrial durante os anos setenta, nos países do norte e nos anos oitenta, nos países do sul.

O conjunto de novas tecnologias que começam a operar como fator de saída da crise não implica na renovação ou transformação do fordismo, mas estão sinalizando o seu esgotamento e superação.

Esta transformação tecnológica supõe o surgimento de novos fatores-chaves do modelo tecnológico-produtivo. Alguns autores visualizam o complexo militar-aeroespacial ou o eletrônico (em especial a microeletrônica) como o fator-chave do novo modelo.

Aparentemente o fenômeno seria de maior complexidade e nos parece prudente adotar um fator mais envolvente que estaria representando pela informação, o que implica em considerar como eixo do processo, os setores da microeletrônica e as telecomunicações como os novos núcleos dinâmicos do paradigma emergente.

Este fenômeno implica em transformações em todos os níveis, desde as modalidades do desenho dos produtos até as formas de organização do processo produtivo, passando pelo próprio conteúdo tecnológico dos novos produtos e de suas características. Deste ponto de vista pode-se visualizar outro conceito-chave do novo paradigma que poderia ser utilizado para denominá-lo: a flexibilidade. Entretanto, para alcançar toda a sua eficácia e eficiência, as novas tecnologias demandam uma nova organização trabalhista e mudanças profundas nos hábitos e costumes e, particularmente, de consumo. Em definitivo, requer uma transformação substancial da concepção de Estado, dos seus papéis e de sua relação com a sociedade.

A condição de flexibilidade se expressa não só a nível dos bens de capital, dos produtos e das formas de produção e desenho em si, mas também estende-se aos volumes a produzir, às relações e conexões interpessoais, particularmente quanto à formação de inserção e controle da força de trabalho nos processos produtivos.

Com efeito, se por um lado, pode-se observar um número elevado de inovações em matéria de produtos, isto é, novos produtos, o grau de satisfação dos mesmos, bem como suas características e as possibilidades de diversificação produtiva,

por outro, as mudanças que estamos considerando estão muito mais centradas na forma do processo de produção do que do produto.

Quanto às formações de produção, pode-se destacar a utilização de equipamento flexível ou programável, capaz de cumprir diversas funções vinculadas não somente em distintos momentos do processo produtivo de um determinado bem, mas também à capacidade de adaptar-se a modificações de um produto ou servir para participar na produção de outro bem.

As transformações das relações intra e inter-firmas constituem outra das chaves das novas formas de produção. As possibilidades abertas pelo desenvolvimento das telecomunicações e o processamento veloz da informação, assim como o custo relativamente baixo destes serviços induziu à reorganização das relações intra-firmas, permitindo uma maior interconexão e integração dos distintos momentos do processo produtivo, conduzindo à integração sistêmica de funções alterando os padrões de configuração de plantas, papéis, tamanhos e localização das mesmas.

No caso das relações interfirmas também as novas tecnologias permitem o acesso a uma maior integração e interação, que entre outros fenômenos induziu à "desverticalização" da população.

O paradigma de produção flexível pós-fordista ou neofordista, implica na substituição das economias de escala pelas economias de "diversidade", já que se estrutura a partir de demandas segmentadas, de menor tamanho, com grande diferenciação de produtos e modelos, orientada à pautas de consumo individualizadas e baseadas em bens de obsolescência relativamente rápida, tanto funcional como tecnológica.

Esta é a razão pela qual, o tamanho da planta representativa do novo paradigma é substancialmente menor (se for medido em termos de pessoal ocupado), sem que ele implique necessariamente em menores níveis de inversão em capital fixo.

A reorganização do processo de trabalho, a partir da incorporação de novos recursos tecnológicos determinou também a substancial modificação

do perfil do operário industrial, de seus papéis e de suas relações com o equipamento e com os demais operários. As novas tecnologias de produção motivaram a substituição da configuração taylorista de organização do trabalho. Esta estava baseada na especialização do operário, numa atividade predominantemente individual do mesmo e numa estrutura disciplinar hierárquica; enquanto os sistemas de produção emergentes requerem um tipo de inserção do operário no processo produtivo que tende à plurifuncionalidade e capacidade de adaptação do mesmo, assim como à constituição de grupos de trabalho semi-autônomos. Estas mudanças significam, por um lado, um certo processo de desqualificação e perda de postos de trabalho em geral, mas, por outro lado, também implicam em certa recuperação da autonomia, iniciativa e capacidade de decisão e controle dos operários sobre o processo de trabalho.

2 - LEGITIMAÇÃO E REGULAÇÃO DO REGIME FLEXÍVEL

A evolução do marco jurídico-político acompanhou tais processos. De fato, inicialmente verificou-se nos países industrializados, e atualmente, nos países em desenvolvimento, diversos intentos de reformulação do Estado, baseados fundamentalmente na "degradação" da economia em geral, na privatização de algumas atividades produtivas que o Estado assumira durante o regime fordista, na adaptação do suporte legal que rege as relações sociais da produção, aos novos reclamos do capital (flexibilização do trabalho e minimização de conflitos) e no desmantelamento dos mecanismos que garantiam uma distribuição progressiva da receita. No que tange a este último aspecto, entendemos que, no discurso político o que aparece como demanda de desregulação, na realidade, se traduz em mudança na orientação e nos destinatários dos mecanismos regulatórios que tendem a reproduzir a complexidade estrutural que o Estado apresenta em relação à construção do novo modelo econômico e social; enquanto se constata também o desapareci-

mento dos instrumentos distributivos e assistenciais de desenvolvimento e de previdência social.

Desta forma, o modo de regulação corporificada pelo Estado do Bem Estar, classicamente keynesiano e fordista, vem a ser paulatinamente substituído pelo Estado neoliberal, adquirindo maior funcionalidade com as novas modalidades e necessidades estruturais da acumulação capitalista flexível.

A expansão do poder dos grupos econômicos, dos grandes consórcios exportadores e dos credores externos e a malha de relações pluriescalares que os mesmos conseguiram viabilizar, constituem a contrapartida da declinação e/ou reorientação da capacidade regulatória do Estado Nacional. Na América Latina, o processo teve início nos anos sessenta com a penetração maciça de inversões estrangeiras diretas, com diferentes modalidades de promoção setorial e regional, com certas políticas de compras do Estado, culminando com as atuais manobras de desmantelamento, do Estado produtor de bens e serviços.

Finalmente, a transformação da estrutura e dos papéis do Estado Nacional estão produzindo significativos impactos territoriais. Efetivamente, os Estados Nacionais, ao tornarem-se cada vez mais fracos e incapazes de regular as economias domésticas, suas fronteiras tendem a perder o significado, seja pela integração institucionalizada e mais ou menos voluntária, ou por simples satelização, de fato.

Outra maneira de abordar este assunto, é o fato de, atualmente, cada região, província ou município tender a ser inserido diretamente na malha de relações multiescalares que caracteriza o capitalismo atual, que, para sua expansão, parece ter necessidade de vulnerabilizar, de maneira crescente, o caráter mediador da presença de Estados Nacionais intervencionistas e vigorosos.

3 - REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

As mudanças aludidas estão dando lugar ao surgimento de novas estratégias e estruturas territoriais, devido à natureza do regime de acumulação

emergente, que supõe a superação da lógica locacional fordista, fortemente concentradora no espaço.

As necessidades estruturais do fordismo terminal, as possibilidades de fragmentação do processo produtivo através da introdução de novas tecnologias de produção, circulação e processamento da informação, assim como o auge durante o final da década mencionada e princípios dos anos oitenta, de marcos legais amplamente favoráveis à radicação do capital em áreas periféricas, seriam os elementos causais de certa tendência à dispersão geográfica dos meios de produção, seja ela visualizada à escala global ou nacional.

Paralelamente e cada vez mais, o novo modelo gerou, nos países mais avançados, certas tendências ao reagrupamento das unidades de produção com predomínio de formas concentradas, ainda que não necessariamente, na medida imposta pela rigidez do modelo produtivo fordista, na sua necessidade de maximizar economias de escala e contigüidade espacial das etapas do processo produtivo, bem como nas áreas tradicionalmente industrializadas sob esse modelo.

Tanto à escala nacional como global, o saldo do processo de reestruturação produtiva parece ser a desindustrialização (em termos relativos ou absolutos) das áreas industriais tradicionais e o surgimento ou revitalização de áreas de escasso desenvolvimento industrial fordista. A nível nacional, a funcionalidade que com as novas tecnologias abrem-se as possibilidades de iludir mediante a deslocalização e/ou a relocação, a ação das organizações representativas dos trabalhadores, determinou o declínio das áreas que se estruturaram a partir do modelo fordista e a aquisição de vantagens comparativas para as regiões onde o fordismo não incidiu significativamente. Obviamente, estas tendências estariam sinalizando processos incipientes, mas progressivos de reorganização ou alteração do modelo territorial fordista, como resultado da redefinição da divisão regional do trabalho.

Estes processos de formação de novos espaços industriais ou modificação das áreas industriais históricas, se devem não só à mudanças tecnológicas, de produção ou organizacionais.

Ademais, se produziram como consequência do caráter e significação intersetorial diferencial daqueles.

Grandes regiões industriais foram edificadas em torno de atividades industriais que hoje estão em acentuado declínio (siderurgia, metalurgia, metal mecânica, têxtil, etc.), enquanto os setores emergentes (eletrônica, telecomunicações, novos materiais, química fina, biotecnologia, etc.) não tinham maior significado, ou compromisso com tais áreas.

4 - SIGNIFICADO DAS MUDANÇAS PARA OS PAÍSES LATINO-AMERICANOS

A reorientação da produção industrial para o mercado externo e a diversificação ou mudança na forma de inserção na divisão internacional do trabalho parecem ser os aspectos mais marcantes e difundidos da mudança estrutural para os países em desenvolvimento, ainda que tais mudanças não impliquem, de modo algum, na aquisição de um rol ativo no processo de acumulação em escala internacional (exceto em alguns casos já assinalados). Pelo contrário, são numerosas as evidências do aumento da diferença entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento quanto à sua capacidade de controle sobre tal processo, assim como sobre as decisões de inversão e sobre a mudança tecnológico-produtiva, o que para o segundo grupo de países implica numa séria diminuição de sua capacidade de determinar automaticamente os modelos domésticos de produção, consumo e distribuição dos recursos.

A descentralização relativa dos meios ambientes de produção ou o fordismo periférico e tardio, constitui um modelo de desenvolvimento industrial para os países em desenvolvimento que não mostra sintomas de ter sido substituído ou superado, mesmo quando apresenta indícios de não ter condições de responder às necessidades da reprodução ampliada dessas economias. Ele parece ser, juntamente com o endividamento externo, a causa mais determinante da profunda crise, ainda

não resolvida, nesses países. Por outro lado, também parecem esgotadas as necessidades que, conjuntamente, geraram a dispersão dos meios de produção. Sem dúvida, a automatização pode chegar a induzir a repatriação, aos países centrais, de uma quantidade, nada desprezível, de estabelecimentos, em face da redução considerável da relação custos de mão-de-obra e custos totais de produção, o que incrementaria notavelmente os indicadores de desemprego estrutural, já apreciáveis em virtude da recessão e dos desequilíbrios do setor externo das economias em desenvolvimento.

Se se vincula esta ameaça à estrutura produtiva industrial latino-americana com a abertura de novos mercados de considerável significação e, com a transformação das relações e fluxos comerciais, com o pleno funcionamento da Comunidade Européia, torna-se fácil concluir que tudo o que foi acima expresso, se traduz numa sensível diminuição da capacidade da América Latina para expandir mercados e captar novas inversões estrangeiras diretas. A única estratégia possível para a região consistiria, então, na consolidação dos seus próprios vínculos comerciais e financeiros internos.

A não resolução da crise e a escassa ou fragmentada penetração das novas formas produtivas determinaram que o processo de mudança estrutural que se observa com tanta força transformadora nos países centrais, não se deu com tal intensidade na América Latina, onde as estruturas sociais e territoriais não sofreram tão grandes alterações, e as que ocorreram se restringiram a poucas áreas privilegiadas.

Torna-se palpável que o regime de acumulação capitalista flexível está baseado nas novas pautas de consumo individualizadas e supersofisticadas das classes média e alta, particularmente nas economias desenvolvidas, e, portanto, no comércio exterior. As restrições externas das economias dependentes determinam que o crescimento econômico, a melhoria da competitividade internacional e a obtenção da estabilidade monetária passe pelos programas de ajuste que, por sua vez, tendem a contrair cada vez mais os seus mercados internos.

Durante os últimos dez anos, a crise ainda não resolvida nos países latino-americanos conduziu ao incremento da segregação social territorial, a uma notável expansão da marginalidade e a uma crescente deterioração das condições de trabalho e de reprodução da força de trabalho que abrange setores majoritários das sociedades latino-americanas. Tais fatos não só são devidos à diminuição do poder aquisitivo do salário real, mas ao incremento do desemprego estrutural e do emprego informal. Também estão vinculados, de maneira crescente, a uma brusca diminuição do investimento público em infra-estrutura urbana, desenvolvimento regional, saúde, educação, controle ambiental, habitação e previdência social, como resultado da demolição do Estado keynesiano e dos sucessivos programas de ajuste estrutural.

São escassas as alternativas que a nível nacional ou regional possam emergir para retirar a América Latina da crise, que ameaça ficar crônica.

Cogita-se um desenvolvimento interno de alta tecnologia destinada ao mercado externo. Ele não solucionaria, em curto ou médio prazos, os problemas estruturais das economias e sociedades latino-americanas, aprofundando presumivelmente a heterogeneidade e a diferenciação nas estruturas produtivas e ocupacionais, mas poderia ser um freio ao incremento da brecha tecnológica em relação aos países centrais.

Outra alternativa consistiria no desenvolvimento de programas destinados a favorecer o logro de certa especialização produtiva nas rubricas nas quais existam vantagens comparativas apreciáveis e o desenvolvimento de uma estratégia industrial baseada na subcontratação, isto é, o ingresso numa rede de relações de escala global, onde certos segmentos produtivos cobrem as etapas menos qualificadas e de menor valor agregado do processo de trabalho. Esta última alternativa poderia ter um impacto mais imediato que as demais, sobre os mercados de trabalho, mas não reverteria substancialmente a tendência dos últimos anos e poderia provocar novos efeitos adversos a longo prazo, em face do incremento da subordinação e da brecha tecnológica em relação aos países avançados.

Portanto, existem vários indícios de que o processo de reestruturação sócio-econômica, política e territorial estabeleceu algumas pré-condições e necessidades vinculadas à integração entre economias nacionais.

Sem dúvida, o regime de acumulação fordista havia gerado sistemas econômicos e territoriais bastante rígidos, semi-abertos ou semi-autônomos, onde as possibilidades de cooperação e associação no espaço se encontravam reduzidas à expressão mínima, ainda que no âmbito do território de uma mesma formação social.

A etapa de agonia do modelo fordista e sua ulterior substituição pelo regime de acumulação flexível tende a gerar sistemas econômicos nacionais abertos e interdependentes, deduzindo-se daí, a compatibilidade e funcionalidade que detém este novo modelo, com as experiências de integração econômica de nações.

As possibilidades de fragmentação e atomização dos processos produtivos em várias etapas que podem estar fisicamente descontínuas ou deslocizadas graças à integração sistêmica e informática de fluxos de insumos e o progressivo declínio do peso estrutural dos custos de transporte sobre os custos totais de produção, assim como a diminuição considerável dos tempos de traslado, permite às firmas libertarem-se consideravelmente da fricção espacial e operarem a distâncias muito maiores.

A interação entre economias nacionais se vê também estimulada, pelas mesmas razões acima apontadas, já que o espectro de atores sociais se amplia consideravelmente se se tem em conta que as novas práticas organizacionais expandiram potencialmente o rol das pequenas e médias empresas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caso dos intentos da integração que estão se verificando no Cone Sul da América Latina (MERCOSUL), seguramente se produzirão mudanças de cenários e atores. Tanto nas áreas fronteiriças, como nas centrais industrializadas ver-

ificar-se-ão numerosas e significativas transformações. Algumas regiões verão estimulado o crescimento e outras declinarão. No contexto do subdesenvolvimento, os benefícios da integração não se farão em todos os setores sociais ou produtivos, nem em todas as regiões. Para alguns, a integração significará incorporação e para outros, exclusão.

Enfim, as novas condições estabelecidas pela natureza do capitalismo neste final de século, estreitam consideravelmente as margens da discussão sobre a validade do processo de integração. Os esforços analíticos, as reflexões teóricas deverão concentrar-se na forma ou modelo de integração a ser adotado, com quem, para quem e para que.

BIBLIOGRAFIA

ARROYO, Mônica; SCARLATO, Francisco Capuano; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). **O novo mapa do mundo: globalização e espaço latino-americano**. São Paulo: Hucitec/ EDUSP, 1993.

ATKINS, G. Pope. **América Latina en el sistema político internacional**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1991.

BARBOSA, Rubens Antônio. **América Latina em perspectiva: a integração regional da retórica à realidade**. São Paulo: Aduaneiras, 1991.

BRANDÃO, Antônio Salazar; PEREIRA, Lia Valls (Org.). **Mercosul: perspectivas da integração**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CASTELLO, Iára Regina et al. (Org.). **Prática da integração nas fronteiras: temas para o Mercosul**. Porto Alegre: EDUFERS, Goethe - Institut (Instituto Cultural Brasileiro Alemão); AEBA (Associação dos Ex-Bolsistas na Alemanha/RS), 1995.

CICOLELLA, Pablo et al. (Comp.) **Integracion latinoamericana y territorio: transformaciones socio-economicas, políticas y ambientales en el marco de las políticas de ajuste**. Buenos Aires: Ediciones CEUR, 1994.

FLORÊNCIO, Sérgio Abreu e Lima; ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga. **Mercosul hoje**. São Paulo: Alfa-Omega, 1996.

HAESBAERT, Rogério. **Blocos internacionais de poder**. São Paulo: Contexto, 1990.

LEHNEN, Arno Carlos; CASTELLO, Iára Regina; SCHÄFFER, Neiva Otero. **Fronteiras no Mercosul**. Porto Alegre: EDUFERS; Prefeitura Municipal de Uruguaiana, 1994.

MAGNOLI, Demétrio. **O novo mapa do mundo**. São Paulo: Moderna, 1993.

MAGNOLI, Demétrio; ARAÚJO, Regina. **Para entender o Mercosul**. São Paulo: Moderna, 1995.

MARTINS, Luciano; VELLOSO, João Paulo dos Reis (Coord.). **A nova ordem mundial em questão**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

OLIC, Nelson Bacic. **Geopolítica da América Latina**. São Paulo: Moderna, 1992.

REICHEL, Heloísa Joachins; GUTFREIND, Leda. **As raízes históricas do Mercosul: a região platina colonial**. S. Leopoldo (RS): Unisinos, 1996.

SCHILLING, Paulo. **Mercosul - integração ou dominação?** São Paulo: Cedi, 1992.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). **O Brasil e o Plano Bush: oportunidades e riscos numa futura integração das Américas**. São Paulo: Nobel, 1991.

BIBLIOGRAFIA

ARRATIA, Xabier. **El Mercosur: un nuevo mapa del mundo globalizado**. Madrid: Alianza, 1995.

ALLEN, G. **El Mercosur: un nuevo mapa del mundo globalizado**. Madrid: Alianza, 1995.

ARRATIA, Xabier. **El Mercosur: un nuevo mapa del mundo globalizado**. Madrid: Alianza, 1995.

ARRATIA, Xabier. **El Mercosur: un nuevo mapa del mundo globalizado**. Madrid: Alianza, 1995.

ARRATIA, Xabier. **El Mercosur: un nuevo mapa del mundo globalizado**. Madrid: Alianza, 1995.

ARRATIA, Xabier. **El Mercosur: un nuevo mapa del mundo globalizado**. Madrid: Alianza, 1995.

ARRATIA, Xabier. **El Mercosur: un nuevo mapa del mundo globalizado**. Madrid: Alianza, 1995.

ARRATIA, Xabier. **El Mercosur: un nuevo mapa del mundo globalizado**. Madrid: Alianza, 1995.